



NOVO ENSINO MÉDIO

Carga horária e espanhol são pontos de divergência

Itens do substitutivo do Senado ao PL enfrentarão dificuldades entre os deputados para que permaneçam como estão

» MAYARA SOUTO

Wilson Dias/Agência Brasil



A carga horária das disciplinas da Formação Geral Básica e a obrigatoriedade do ensino do espanhol tornaram-se os principais pontos de divergência na discussão da reforma do ensino médio no Congresso. O texto aprovado pelo Senado por votação simbólica, na quarta-feira passada — que tem total apoio na Casa e, até mesmo, de setores do movimento estudantil —, deve ser rejeitado pelos deputados, que pretendem restaurar a proposta da Câmara.

O substitutivo elaborado pela senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) ao Projeto de Lei (PL) 5.230/23, define 2,4 mil horas para as disciplinas básicas e a obrigatoriedade do ensino do espanhol. Ao **Correio**, representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) consideraram que o texto aprovado pelos senadores contém avanços. Afirmaram também que pressionarão a Câmara para que não haja mudança nos dois itens.

“Esse debate da mudança de carga horária da formação geral básica foi uma das principais reivindicações desde o início. Quando ocorreu a primeira reforma do ensino médio, em 2017, tivemos uma diminuição na carga horária de disciplinas básicas. Essa passou a ser uma das principais críticas”, explica Raquel Dias, professora da Universidade Estadual do Ceará e primeira vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes).

Também aprovada em votação simbólica, o texto da Câmara previa 2,1 mil horas para a

formação geral básica no ensino médio profissionalizante e 2,4 mil para o ensino regular. “O texto do Senado praticamente inviabiliza a educação profissionalizante. Quando impõe uma formação geral básica de 2,4 mil horas, restam apenas 600 horas, o que é impraticável para ofertar uma educação técnica integrada ao nível médio. Vou defender o texto da Câmara”, adianta o relator do PL na Casa, deputado Mendonça Filho (União-PE), ex-ministro da Educação e cuja gestão

foi implementado o Novo Ensino Médio, no governo Michel Temer.

Língua estrangeira

Segundo o deputado Rafael Brito (MDB-AL), que preside a Frente Parlamentar Mista de Educação, a tendência é de que o texto retorne ao elaborado na Câmara. Para ele, a defesa de mais horas para o ensino técnico é necessária, mas a obrigatoriedade do espanhol resultaria em menos tempo para o ensino

de português, pois o inglês é a segunda língua obrigatória.

Raquel, porém, destaca a importância do espanhol, falado em quase todo o continente americano. “O Brasil, como o maior país da América Latina e o de maior influência, inclusive, política e econômica, deveria ter como língua principal, depois da língua nativa, o espanhol. É a língua do nosso continente, não é o inglês”, ressalta.

A organização não governamental Todos Pela Educação

defende o texto da Câmara. “Na proposta aprovada, a partir de 2029 a carga horária mínima da Formação Geral Básica será de 2.400 horas para todos, e não haverá a possibilidade de aproveitamento de horas para a formação técnica e profissional. Sendo assim, para quem cursa o itinerário técnico, a carga horária total do ensino médio será de 3,2 mil, 3,4 mil ou 3,6 mil horas (dependendo se o curso técnico for de 800, mil ou 1,2 mil horas)”, salienta.



O Todos Pela Educação não é contrário ao ensino da língua espanhola nas escolas, porém, defende que não haja obrigatoriedade. Os estados precisam ter autonomia para decidir sobre a oferta desse componente”

Trecho da avaliação da ONG Todos pela Educação

A entidade também é contrária à compulsoriedade do espanhol. “O Todos Pela Educação não é contrário ao ensino da língua espanhola nas escolas, porém, defende que não haja obrigatoriedade. Os estados precisam ter autonomia para decidir sobre a oferta desse componente, considerando as necessidades e possibilidades locais de ofertar uma segunda língua estrangeira”, argumenta.

Ao **Correio**, o MEC informou que tem “mantido permanente diálogo” com os relatores das duas Casas do Congresso. Porém, considerou como “pontos positivos” do relatório do Senado a “manutenção das 2,4 mil horas para formação geral básica e o fortalecimento da formação técnica de nível médio”.

Deputados consideram que aumento da carga, em sala de aula, de 2,4 mil horas para disciplinas básicas diminui o espaço voltado ao ensino profissionalizante

Lula afirma não ter “medo de reitor” e defende diálogo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, ontem, que não tem “medo de reitor”, ao fazer uma comparação do seu governo com a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro na relação com os servidores da educação. Em evento no Maranhão, ele defendeu as políticas do seu governo e listou alguns temas, como o diálogo com os reitores.

“Vocês estão lembrados de um presidente que nunca recebeu

um reitor na vida dele? Nunca recebeu um reitor. Eu, em apenas um ano e sete meses, já convidei duas reuniões de todos os reitores do Brasil, das universidades e dos institutos federais, porque eu não tenho medo de reitor”, afirmou.

Na sequência, o presidente fez uma referência ao seu dedo mínimo amputado e prosseguiu: “E esse dedo que falta não foram eles (os reitores) que morde-

ram esse dedo eu perdi numa fábrica. E, portanto, quero ter uma relação, a mais democrática possível”, observou.

Lula tem feito queixas em relação à greve nas universidades federais e, recentemente, pediu a reitores que revejam as motivações para a paralisação continuar. Das instituições, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) retomou as atividades em 10 de

junho e a Universidade de Brasília (UnB) anunciou, na quinta-feira, o fim da greve e a volta às aulas dia 26.

Em uma solenidade de 10 de junho, no Palácio do Planalto, Lula chegou a dizer que não vê razões para a greve “durar o que está durando”. Como contrapartida, anunciou investimentos em obras de infraestrutura nas instituições de ensino, como expansão dos campi.

Greve continua

Mas se entre os professores universitários e dos institutos federais é grande a possibilidade de suspensão da paralisação, os servidores técnico-administrativos (TECs) continuarão de braços cruzados. Em assembleia nacional, ontem, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra

Sindical) — que representa a categoria — decidiu manter a greve, iniciada em 11 de março.

A entidade protocolou, no Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) e no Ministério da Educação, um pedido para a realização de nova rodada da mesa de negociação. O objetivo é discutir propostas apresentadas nos últimos dias à categoria e buscar, entre outros pontos, um melhor índice de reajuste dos graus de progressão na carreira.

SAÚDE

Obrigatório, teste do pezinho ampliado é pouco oferecido

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

Em maio de 2021, o ex-presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei 14.154, que implementa, em todo o país, o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) ampliado — o Teste do Pezinho Ampliado (TPA). Mas, mais de três anos depois da sanção, associações de doenças raras e entidades médicas protestam sobre a não universalização do exame.

A lei prevê o acréscimo de mais 14 grupos de doenças, que eleva de sete para 53 as enfermidades que podem ser

detectadas no TPA. Na quarta-feira passada, a coalizão Universo Coletivo AME, junto a outras entidades que trabalham com doenças que podem ser detectadas pelo teste ampliado, encaminharam um manifesto à ministra Nísia Trindade, da Saúde, questionando a demora do governo federal em oferecer o exame nacionalmente. O TPA entrou em vigor no Sistema Único de Saúde (SUS) em 6 de junho de 2022.

Dados do Ministério da Saúde mostram que mais de 13 milhões

Arquivo Pessoal



Aline e Ísis cobram o oferecimento da ampliação do TPA por todo o país

de brasileiros convivem com alguma doença rara — a maioria crianças. Ao **Correio**, a pasta informou que 82% do país tem a

cobertura da triagem neonatal, mas não respondeu sobre a ampliação do TPA.

A Sociedade Brasileira de

Pediatria reforçou a necessidade de o exame ser nacionalizado e salientou que “atualmente, poucas localidades contam com o TPA, entre elas Brasília, São Paulo e cidades de Minas Gerais”, observa a SBP.

Iris Giuliani nasceu com Atrofia Muscular Espinhal (AME), mas o diagnóstico veio quando ela tinha um ano e oito meses. Hoje, com quase 20 anos, é cadeirante e enfrenta todas as comorbidades causadas pela AME. “Quando ela nasceu, mesmo a AME sendo detectada pelo teste do pezinho, o diagnóstico foi tardio”, explica Aline Giuliani, mãe de Iris.

Depois do impacto com o diagnóstico da filha, ela teve a necessidade de criar o Instituto Viva Iris, que promove a

conscientização e a inclusão de crianças e pais com doenças raras. “A gente pode detectar até 53 doenças por meio de um exame simples. Estamos falando de doenças graves, progressivas, crônicas. Esse exame não é feito no país”, critica Aline.

A AME é uma das 53 doenças de detecção pelo TPA. “O diagnóstico permitirá a instituição de Terapia Gênica, que substitui os genes anormais por normais, e permite a recuperação dos neurônios motores. Do contrário, haverá várias complicações e até o óbito”, esclarece Eliane Cespedes, pediatra especialista em desenvolvimento e comportamento.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi